



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA

N.º 02/21, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião, realizada, com recurso à videoconferência, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, com o período de *"Antes da Ordem do Dia"*, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo participado na mesma os elementos do Executivo, supra identificados, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 5.º do citado diploma legal.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

No Período de Antes da Ordem do Dia e após apresentar cumprimentos ao Senhor Vice-Presidente, aos Senhores Vereadores, à Senhora Chefe de Divisão, Dra. Sofia Félix e técnica afeta ao secretariado, que participam na presente reunião, começou por desejar a todos que continuem a ter o máximo de cuidado e a protegerem-se de alguém afetado por esta pandemia, considerando que,

9



CÂMARA MUNICIPAL

"infelizmente, no concelho já existe muita gente infetada, quer nas nossas instituições, quer no seio de muitas famílias, havendo a lamentar mais um óbito no dia de ontem, e o nosso concelho passou, de uma semana para a outra, de risco moderado, para risco extremamente elevado".

Adiantou que a vacinação já foi iniciada nas IPSS's e que vai ter continuidade em outras entidades, nomeadamente, nos bombeiros e em grupos de risco, sendo necessária muita organização para que esse trabalho seja facilitado, dada a impossibilidade de se vacinarem as pessoas porta a porta.

Neste contexto, e tendo em consideração a meia hora que deve ser aguardada, após cada vacina, em termos de reação da mesma, transmitiu ter sido, também, um assunto que foi analisado na reunião de hoje, da CIM, no sentido de ser articulado com a ARS e outras entidades ligadas à saúde, a possibilidade da vacinação poder ser efetuada, juntando as pessoas em pequenos grupos e com o devido distanciamento, facilitando-se assim esta tarefa.

Também, perante o cenário da pandemia, atualmente vivenciado e que lamenta bastante, destacou o comunicado que dirigiu aos Tabuenses, difundido na página do Município, através do qual expressou a sua preocupação e deu nota do trabalho que tem sido realizado para mitigar a situação, quer em termos de testes efetuados, quer em termos do apoio dado às instituições.

Neste sentido, referiu ter-se conseguido articular com a Segurança Social, a vinda de voluntários, através da Cruz Vermelha, para apoiar as nossas Instituições, juntamente com as assistentes operacionais afetas às escolas, cujas funções estão suspensas pelo facto das mesmas estarem encerradas, de momento, mostrando-se disponíveis para prestar o apoio necessário nas áreas de menor risco, designadamente, no Centro de Saúde, na Fundação Sarah Beirão, na Santa Casa da Misericórdia, na ACUREDEPA e, também, no edifício da Câmara, onde temos pessoas em quarentena e outras em isolamento profilático. Por isso, como referiu *"temos de ter respeito pelas pessoas das nossas escolas que se disponibilizaram para trabalhar e de ter o cuidado, para que não haja o risco de haver infeção, mas*



CÂMARA MUNICIPAL

98.

de qualquer modo, era impossível numa situação destas, no clima em que estamos, não aproveitar estas pessoas para dar respostas e suprir situações que estão a ocorrer nas nossas instituições e serviços”.

No que respeita aos voluntários da Cruz Vermelha, deu nota que a Câmara está a suportar os custos com a sua estadia, sendo, por isso, *“um processo que estamos a acompanhar com muito rigor e muita preocupação”.*

Ainda em consequência da pandemia, informou que têm sido disponibilizados bens, efetuadas muitas desinfecções, estando a disponibilizar-se, inclusive, gasóleo para a ACUREDEPA, destinado a um gerador, ali instalado transitoriamente, para garantir o aquecimento da nova ala criada para os doentes Covid.

Neste contexto, deu nota que todos estes apoios disponibilizados às instituições, com o intuito de minimizar esta tragédia que está a assolar toda a região centro do país, serão presentes numa próxima reunião, para ratificação e que são a prova viva de que *“temos estado muito envolvidos em apoiar em tudo aquilo que nos é possível, sem pôr em causa aquilo que são as nossa competências perante uma situação grave como esta, acreditando que, dentro de dias, a situação vai baixar e tudo vai melhorar”.*

Sobre o ato eleitoral do passado dia 24 de janeiro, destacou que os elementos que constituíram as mesas de voto das diversas freguesias e que o desejaram, foram testados, todos felizmente com resultado negativo.

Ainda, no que concerne ao ato eleitoral do passado domingo, deu nota, que felicitou o Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, pela grande vitória alcançada, a nível nacional, registando-se no concelho de Tábua, uma votação superior à média nacional, *“considerando-o como um amigo dos portugueses, um amigo de Tábua, um amigo de todos, uma pessoa com capacidades já demonstradas em situações terríveis, como foi o caso dos incêndios, desta pandemia e catástrofes naturais, sendo, portanto, uma pessoa que está disponível e atenta a todos os problemas dos portugueses. Por isso, julgo que foi uma eleição justa, uma eleição reconhecida e que os portugueses, também, souberam dar o voto ao Professor Marcelo pelo seu*



CÂMARA MUNICIPAL

trabalho, pela sua dedicação, pela sua capacidade e por aquilo que entendemos que são as funções de um Presidente da República e a proximidade que deve ter com cada cidadão”.

Também, em contexto da referida eleição, manifestou um reconhecimento a todas as equipas que estiveram a trabalhar nas assembleias/secções de voto, das diversas freguesias do concelho, destacando, sobretudo, o trabalho desenvolvido e o empenho tido pelas técnicas do Município que estiveram envolvidas no processo eleitoral, pelo modo como o mesmo foi organizado, tendo tudo decorrido da melhor forma e às quais endereça o seu reconhecimento.

De igual modo, manifestou um reconhecido agradecimento à Proteção Civil, aos Fiscais Municipais e outros técnicos do Município que, também, estiveram envolvidos na recolha dos votos das pessoas que se inscreveram para votar antecipadamente, entre eles, algumas que estavam confinadas em Lares e habitações particulares.

Seguidamente, deu nota que das cinco Unidades Móveis de Saúde rececionadas na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma delas já foi entregue a Tábua pela referida entidade, tratando-se, como referiu *“de uma viatura totalmente elétrica que está ao serviço da nossa Unidade de Cuidados da Pedra da Sé e que, também, vai ser importante para a própria vacinação das pessoas e, que vai estar ao dispor do nosso Centro de Saúde, para prestar cuidados de proximidade sobretudo aos mais idosos e àqueles que têm menos possibilidade de se deslocarem à referida Unidade de Saúde, para que possam ter uma vida mais saudável, mais digna e com melhor qualidade. Portanto, gostaria de deixar o registo que, desde a primeira hora, aprovamos este protocolo de parceria entre a ARS, a CIM e o Município de Tábua e, neste caso concreto, dizer que esta candidatura foi muito importante para dotar o nosso Centro de Saúde com este novo equipamento e facilitar realmente o seu trabalho e poder prestar um melhor serviço a cada cidadão do Município de Tábua”.*



CÂMARA MUNICIPAL

9.

Seguidamente, deu nota que, obtivemos o Visto do Tribunal de Contas relativamente ao financiamento do FAM para as habitações não permanentes, danificadas nos incêndios de 2017, tendo a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia assumido, desde logo, a responsabilidade de contactar as famílias que vão ser ressarcidas das verbas gastas com as mesmas, para começarem a apresentar as respetivas despesas, aguardando-se apenas a transferência do financiamento por parte do FAM.

Nada mais havendo a acrescentar, deu por terminada a sua intervenção agradecendo a colaboração de todos e passando a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, começou por fazer menção à eleição do Presidente da República, que decorreu no passado domingo, felicitando o Professor Marcelo Rebelo de Sousa pela sua reeleição e, também, subscrever as palavras do Senhor Presidente da Câmara, no cumprimento especial às equipas que fizeram parte do processo eleitoral que decorreu em segurança e que permitiram que fosse exercido o direito de voto a todos os Tabuenses, mesmo em tempo de pandemia.

Neste sentido, reforçou, uma vez mais, a questão da preocupação que o Município teve em efetuar os testes de prevenção aos elementos que estiveram nas mesas de voto, bem como deixar uma palavra de apreço a todos os que fizeram parte das equipas que foram escalonadas para o efeito.

Em sede de representatividade, deu nota que, no dia de ontem, 27 de janeiro, participou, em regime online, na tomada de posse dos órgãos sociais da AIRV-

P. Q.



CÂMARA MUNICIPAL

Associação Empresarial da Região de Viseu para o triénio 2021-2023, cuja sessão solene foi presidida pela Senhora Ministra da Coesão Territorial, Professora Ana Abrunhosa, felicitando, por isso, o Presidente da Direção da mesma, Dr. João Cota e também o tabuense Francisco Batista, em representação da C.B.I. - Indústria de Vestuário, S.A. que também integra os respetivos órgãos.

De igual modo, transmitiu que a referida Associação Empresarial, com a qual o Município de Tábua celebrou um protocolo, tem à disposição uma linha de apoio aos empresários, com o objetivo de os ajudar a ultrapassar a grave crise provocada pela Covid-19.

No capítulo da Educação e logo após a indicação do Primeiro-Ministro, relativamente ao período de férias, nestes quinze dias, deu conhecimento das diligências que os Serviços da Formação, Educação e Empreendedorismo Jovem encetaram com o AET, no âmbito da preparação e do apoio do ensino à distância.

Neste sentido, garantiu que *“as necessidades dos alunos foram analisadas e estamos em condições de disponibilizar equipamentos informáticos a todos os alunos do escalão A e B e, também, acessos à internet a todos os alunos que manifestem essa necessidade, prevendo-se, por isso, que o Município tenha de adquirir mais trinta computadores, para os alunos do escalão A e B do secundário, sabendo-se que já tinham sido disponibilizados mais vinte, no âmbito do ensino básico e secundário e em que o próprio governo entregou no AET trinta e sete computadores para os alunos do escalão A e B do secundário”*.

Paralelamente a esta medida, referiu igualmente que *“estamos a incentivar todos os professores e educadores e, também, elementos do Jardim de Infância para que possam aceder à plataforma “Mais Sucesso Escolar”, onde estão a ser introduzidos já novos conteúdos, no sentido de fazer aqui um reforço de divulgação de toda a comunidade escolar destas funcionalidades para que as crianças possam aceder ao próprio programa”*.



CÂMARA MUNICIPAL

Ainda no mesmo contexto, deu nota *"que solicitámos às nossas técnicas do projeto Play English que começassem já, neste período de férias, também, a dinamizar o Open Classes, em via zoom, para aqueles que possam ter acesso"*.

No âmbito da alimentação, informou ter sido indicado pelo Agrupamento de Escolas de Tábua, que a escola de referência seria a escola EB2 de Tábua, para a qual estão a ser disponibilizados todos os serviços de refeições necessárias, estando também e à semelhança do que foi feito no passado, a prepararem-se cabazes alimentares para que possam ser entregues nas habitações dos alunos que necessitam deles.

Clarificou, também, que este trabalho está a ser articulado com a Ação Social, como forma de reforçar as condições a dar às famílias que estão em casa e que manifestem necessidade em ser acompanhadas, independentemente, do escalão.

Ainda, em sede de apoios ao nível do Ensino, informou que as equipas multidisciplinares, constituídas pelos 4 técnicos, um Psicólogo, um Educador-social e mais duas Terapeutas da Fala não pararam, estando a fazer consultas e apoio, via telefone e online, de acordo com o que ficou decidido entre a Câmara e o Agrupamento de Escolas de Tábua, tendo em consideração a existência, cada vez maior, de problemas derivados do confinamento e, por isso, seria necessário, que houvesse um acompanhamento extra neste período de tempo, independentemente de ser de férias.

Na sequência da indicação dada pelo Senhor Presidente sobre a colocação das assistentes operacionais afetas à Educação, ao serviço da comunidade e ao serviço da pandemia, entende que deve ser feito às mesmas um reconhecimento pela recetividade ao que lhes foi solicitado e por todo o empenho que têm demonstrado, uma vez que alteraram os seus conteúdos funcionais ligados ao setor da Educação, em prol dos mais velhos.

Sobre o assunto e de acordo com o que foi definido entre elas e as IPSS's, esclareceu que *" as mesmas foram colocadas dentro das zonas limpas das instituições para prestarem o apoio que fosse necessário, sendo que na Santa Casa*



CÂMARA MUNICIPAL

da Misericórdia de Tábua, entre a Unidade de Cuidados Continuados e o Lar estão 4, no Centro de Saúde de Tábua estão 3, na Fundação Sarah Beirão estão 2, na ACUREDEPA estão 2, estando também destinadas outras para o Centro Social de Midões que, inicialmente, não eram necessárias e que, de momento, estão a prestar serviço, como o Senhor Presidente já referiu, nas instalações municipais. Por isso, manifestou um grande reconhecimento às mesmas porque, efetivamente, trocam as suas funções habituais para se colocarem ao serviço de quem mais necessita nesta altura”.

De igual modo, informou que, este período de férias está a ser aproveitado para serem efetuados trabalhos de manutenção nas instalações que estão ao serviço da Educação, tendo sido mobilizados, para o efeito, alguns colaboradores do Município, bem como, os assistentes operacionais existentes nas escolas, nomeadamente na escola secundária e nas duas escolas básicas.

No âmbito da atividade física, deu nota que as aulas online foram reativadas para que haja um acompanhamento específico a todas as pessoas que possam estar confinadas, fazendo com que as mesmas pratiquem alguma atividade física sem sair de casa.

Antes de terminar a sua intervenção, disse associar-se às palavras do Senhor Presidente, no que concerne à cerimónia de entrega da viatura, onde também marcou presença, louvando a oportunidade de Tábua ter uma Unidade Móvel de Saúde ao serviço dos Tabuenses e reforçar, essencialmente, a utilidade que a mesma vai ter ao serviço da comunidade.

Finalizou, dizendo que *“também está a ser preparado, para ser presente numa próxima reunião, o pedido de isenção do pagamento de taxas pela ocupação dos terrados da Feira Mensal que não está a ser realizada pelos motivos óbvios, mas que também haja, de uma forma global, um alargamento na isenção dos valores inerentes ao Mercado Municipal que, apesar, de estar em funcionamento, algumas áreas ficaram também sem função, nomeadamente, a parte da restauração que está em regime de take-away”.*



CÂMARA MUNICIPAL

9

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.^a SILVIA FERREIRA:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, usou da palavra a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira, dando nota que no passado dia 13 de janeiro, a empresa Lugar do Plano procedeu ao envio do Diagnóstico da Estratégia Local de Habitação, que após analisado foi devolvido à referida empresa.

Ainda relacionado com o mesmo assunto, transmitiu ter tido, no passado dia 21 de janeiro, uma reunião via online, com a referida empresa, de modo a avançar-se com a 2.^a e 3.^a fase da Estratégia em apreço, que enviou para o efeito uma tabela, com a qual se está a trabalhar, atualmente, no sentido de serem encontradas soluções para a população alvo, ou seja, aquela que apresenta condições indignas de habitabilidade.

Relativamente, às habitações não permanentes, já referidas pelo Senhor Presidente, deu nota que *"das nove aprovações, efetivamente, uma já está concluída e efetuado o respetivo pedido de pagamento; três estão em curso e em fase de conclusão; três encontram-se em fase de projeto e duas que não foi possível contactar os proprietários, telefonicamente, mas que irão ser notificados oficiosamente para lhes transmitir que o empréstimo já foi aprovado, pelo que poderão submeter o seu pedido de pagamento."*

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Usou da palavra o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, começou por referir que se associa às palavras do Senhor Presidente, relativamente à eleição do Senhor Presidente da República, bem como ao reconhecimento dado a todas as equipas que estiveram ao serviço da organização do ato eleitoral no concelho de Tábuva, felicitando-os, acima de tudo, pelo excelente trabalho que realizaram.

90



CÂMARA MUNICIPAL

No que concerne à Proteção Civil e ao apoio que tem sido prestado a todas as IPSS's, Bombeiros e comunidade em geral, já referido pelo Senhor Presidente, gostaria de acrescentar, apenas, que *"no passado dia 18 de janeiro, foram entregues a todas as IPSS's e aos dois Corpos de Bombeiros de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, equipamentos de proteção individual mais completos, ou seja, fatos completos com capuz, mais eficazes e que proporcionam uma melhor e maior proteção a todos aqueles que diariamente lidam com pessoas mais vulneráveis, neste caso, com idosos e em que o Executivo, numa atitude de conforto e de carinho por todos, decidiu fazê-lo presencialmente aos dirigentes e colaboradores das instituições, manifestando satisfação pelo trabalho que os mesmos estão a desenvolver em prol dos utentes"*.

Prosseguiu, confidencializando que, *"quase diariamente, as equipas de apoio têm estado a prestar serviço às famílias que o solicitaram, designadamente, no que respeita a fornecimento de bens alimentares, através da Loja Social, uma vez que as pessoas que constituem o seu agregado familiar estão em isolamento profilático e, por conseguinte, privadas de sair à rua"*.

Neste sentido, deixou uma palavra de apreço e congratulação a todos os colaboradores do Gabinete de Apoio Social pelo fantástico trabalho que têm prestado a todas estas famílias.

De igual modo, fez menção ao cartão ABEM, lembrando o protocolo que foi celebrado entre a Dignidade e o Município de Tábua, no âmbito do apoio ao medicamento, em que os mesmos são gratuitos para as 50 pessoas do concelho que reúnem os requisitos necessários para o efeito e cuja lista será divulgada numa próxima reunião.

Mais referiu que as descontaminações têm sido efetuadas de forma contínua, principalmente, nas IPSS's e em empresas locais, que registaram Covid nas suas instalações e às quais tem sido dada resposta cabal, exteriorizando, neste sentido, que *"com estes pequenos gestos, ajudamos a combater e a diminuir o risco de contágio"*, em seu entender.



CÂMARA MUNICIPAL

9.

No que concerne a alojamento, como já foi referido pelo Senhor Presidente, o mesmo está a ser assegurado pela Câmara, assim como outro tipo de ajudas.

Ainda no uso da palavra, deu nota que no passado dia 26 de janeiro, se realizou a reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, transmitindo que foi apresentado o Relatório do ano 2020, onde consta toda a atividade efetuada no concelho em termos de limpeza das faixas de gestão de combustíveis, assim como, da negociação da rede viária florestal, que foi aprovado por unanimidade por todas as entidades que a constituem, tendo em conta que o Município de Tábua alcançou e superou os objetivos a que se propôs sobre esta temática.

Finalizou, dando nota que o Município obteve aprovação da candidatura submetida no âmbito da cultura, que engloba os concelhos de Tábua, Mira e Vagos com um financiamento a 100%, no valor de 300.000,00 euros, dividido pelos três municípios, cabendo ao de Tábua 99.500,00 euros, através do qual pode programar espetáculos e concertos, destacando entre eles, o Fado de Coimbra, o Fado Flamengo e o espetáculo da Academia Artística de Tábua, que terá a participação do famoso e conhecido cantor Paulo de Carvalho.

Mais referiu que, *"toda esta candidatura tem um suporte a 100% e que todos eles vão ser transmitidos em via streaming, respeitando, obviamente, as regras da DGS, a segurança, a comunicação, a divulgação, assim como, os direitos de autor. Enfim, uma candidatura que o Município se propôs a fazer e, que finalmente, veio a ser aprovada, facto que receciona com satisfação"*.

Ainda, sobre a candidatura em questão, clarificou que *"a mesma era para ser executada entre janeiro e dezembro, mas tendo em conta a situação pandémica não vai ser possível, tendo-nos sido transmitido que a reprogramação vai ser aceite, sendo nossa intenção fazer a mesma a partir de julho deste ano (...). Portanto, penso que vamos dar aqui um salto qualitativo na oferta cultural do nosso concelho"*.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

Jo



CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra e pós apresentação de cumprimentos a todos os participantes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Martins, iniciou a sua intervenção, começando por manifestar a sua congratulação por todo o trabalho que está a ser desenvolvido para o bem de toda a população do concelho, na sequência da pandemia Covid 19, que *"foi aqui espelhado e, que tem de aplaudir, como não podia deixar de ser"*.

Seguidamente, e pegando nas palavras do Senhor Presidente sobre a comunicação que fez acerca deste assunto, no passado dia 19 de janeiro, confessou não se ter apercebido da mesma, na altura, mas como referiu *"gostaria de fazer uma sugestão, até pela proximidade que o Senhor Presidente tem com a população e, também, pela autoridade que representa. E, perante a situação calamitosa que estamos a passar, fazer um briefing semanal de viva voz (...) aos Tabuenses. Penso ser uma decisão que caía bem a todos, porque as pessoas gostam desta proximidade, embora se saiba que daí, materialmente, não se acrescenta nada mas, sentimentalmente, essa transmissão de afeto diz-nos muito. No fundo, é o que nós sentimos quando ouvimos os nossos governantes falar na televisão a apelar a que todos se envolvam e tenham os cuidados necessários. E, esse tipo de comunicação tem mais efeitos do que as comunicações escritas. Além disso, tem a certeza de que o Senhor Presidente sabe como chegar às pessoas, pelo que já é, sobejamente, conhecido por todos nós"*.

Continuando no uso da palavra e na sequência de uma reunião que teve recentemente, questionou o Senhor Presidente *"se está previsto algum tipo de apoio para as associações das aldeias, que eram os únicos pontos de encontro das pessoas e que atualmente estão desertas, sem sustento para pagar as despesas inerentes às mesmas, designadamente, água, eletricidade, IMI, sabendo-se que estas associações devem ser acarinhadas e preservadas pela importância que têm para as populações que servem, desconhecendo se este apoio poderá ser ou não instituído pela Câmara e alargado a todas, pois sente alguma preocupação por parte*



CÂMARA MUNICIPAL

9.

das pessoas que estão nestas associações, que se já antes tinham dificuldades, agora têm muito mais".

Relativamente à sugestão apresentada, o Senhor Presidente respondeu que *"poderá ponderar essa comunicação semanal, se bem que nós fazemos comunicações, sobretudo, às terças, quintas e até sextas-feiras dos dados que nos são disponibilizados pela DGS e aí verificamos haver muitas pessoas atentas. Agora, o que motivou esse comunicado foi para que ele ficasse na página do Município, porque a situação era demasiado grave e era, quase como um grito de alerta, digamos assim, para as pessoas, para as instituições e, no fundo, vem na sequência da decisão dos encerramentos, a nível nacional, e que não estava a ser cumprida. As pessoas não estavam a respeitar aquilo que era o próprio confinamento. Também, julga que após o período de encerramento das escolas, na passada semana, as coisas alteraram-se e que foi uma situação que nos estava a deixar muito preocupados porque víamos que a vida era perfeitamente normal, o movimento quer nas estradas, quer nas ruas era o mesmo, as pessoas não estavam a respeitar rigorosamente nada e a situação era deveras preocupante, mas como já referiu, é uma hipótese a ponderar. Contudo, também poderei vir a ser criticado, dado que, nos próximos dias, a situação tenderá a melhorar e depois vêm dizer que estou a querer que me batam palmas, porque a Câmara fez um bom trabalho. Ficaria descansado se não tivesse ninguém infetado no concelho. E, isso sim, ficava feliz e satisfeito. Agora, enquanto houver uma pessoa infetada, uma pessoa que faleceu e outras a sofrer, para mim, constitui uma preocupação grave e como responsável máximo da Proteção Civil no concelho, tivemos a preocupação, desde logo, no princípio do mês, de ativar o Plano Municipal, que foi mais um alerta às pessoas para que, realmente, cumprissem as regras e as determinações da DGS e que olhassem para os números de casos diários registados e tivessem consciência da gravidade da situação".*



CÂMARA MUNICIPAL

Por essa razão, disse estar bastante preocupado com os números registados, quer a nível nacional, quer a nível concelhio, esperando ansiosamente que nos próximos dias a situação venha a melhorar.

No que respeita à questão dos apoios às associações esclareceu tratar-se de um assunto já referido numa Sessão da Assembleia Municipal, *"em que estamos abertos para as apoiar a todas, designadamente, neste combate à pandemia. Contudo, há que ter muita cautela, porque as associações que no fundo funcionam como um simples bar, não é de todo aquilo que devemos assumir como responsabilidade em termos de apoios sociais, porque quando estabelecemos o apoio a uma entidade é para dar cumprimento aos próprios objetivos sociais e à prática das suas atividades. Por outro lado, podemos correr o risco de proporcionar a essas entidades a abertura das suas portas e, no fundo, a promover algumas situações de certa forma, menos corretas. No entanto, se tudo correr bem e o País se livrar desta pandemia, concorda que tenhamos de ponderar a hipótese de apoiar aquelas que se encontrem em situações mais complicadas, mas aquelas que desenvolvem trabalho sobretudo de cariz social e às quais estamos atentos, como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, em que temos concedido apoio nesse sentido. Mas, a partir do momento em que as coisas se acalmem, obviamente, teremos de analisar, também, a sustentabilidade dessas associações. E, aí sim, ponderar aquilo que deve ser feito de acordo com o Regulamento, porque, caso contrário, corremos o risco de incorrer em responsabilidade financeira ou qualquer responsabilidade pessoal ou civil, se não estivermos a gerir bem os dinheiros públicos.*

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Usou da palavra o Senhor Vereador, Carlos Santos que, após apresentação dos habituais cumprimentos aos participantes na presente reunião, começou *"primeiramente e na qualidade de Presidente da Comissão Política do PSD, por*



CÂMARA MUNICIPAL

felicitar a eleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa e a seguir dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, individualidade em quem a Comissão Nacional de Eleições delegou a organização de todo o ato eleitoral, solicitando, neste sentido, que os referidos parabéns fossem extensíveis aos Presidentes das diversas Juntas/União de Freguesia do concelho e a todos aqueles que participaram e colaboraram no mesmo, tendo confirmado que todo o ato foi efetuado com segurança e de acordo com as regras emanadas pela Direção-Geral de Saúde”.

Seguidamente, como referiu “gostaria de fazer uma crítica, que espera que o Senhor Presidente entenda que ela seja construtiva e não um ato de querer fazer política, mas concorda com todo o apoio que a Câmara tem efetuado, à exceção da forma como organizou todo esse apoio. As coisas poderiam ter sido entregues com menos pessoas, sem dar azos a mostrar ajuntamentos, porque estávamos num período que era preciso mostrar à população a necessidade de se estar em isolamento. E, por isso, ficou um pouco chocado com a situação”.

Prosseguiu, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz a amabilidade tida ao enviar-lhe uma carta do PS a desejar-lhe rápidas melhoras, exibindo a mesma já emoldurada e que irá ser colocada junto de outras peças pelas quais nutre afeição, exteriorizando, neste sentido “ obrigado pelo bem-estar político. É assim que se faz política. A democracia é isto”.

Relativamente à crítica exposta, aquando da entrega dos EPI's às entidades e instituições, o Senhor Presidente da Câmara clarificou ter havido a preocupação e o máximo cuidado, em manter o distanciamento entre as pessoas, esclarecendo, ainda, que “a mesma foi efetuada em simultâneo para que não houvesse mal entendidos e porque, se assim não fosse, os Serviços da Proteção Civil, também, não teriam a possibilidade de os entregar a todas no mesmo dia. Neste sentido, as instituições foram convidadas para estarem presentes, trazendo a suas próprias viaturas que, desde logo, levaram os referidos equipamentos, sendo essa a razão, exclusivamente”. Por isso, considera “natural que faça esse comentário, que não interpreta, propriamente, como uma crítica”, como referiu.

Q



CÂMARA MUNICIPAL

Acrescentou, ainda, que *“estamos disponíveis para trabalhar e, obviamente, também, para ouvir as vossas propostas e sugestões, no sentido de que possamos todos colaborar com o concelho, onde o apoio social é uma realidade, não sendo, por isso, esta a melhor altura para se efetuarem críticas mas, essencialmente e, acima de tudo, para assumirmos as nossas responsabilidades, que é esse o nosso dever, embora saibamos que as críticas justas ou injustas são sempre possíveis de surgir”*.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Usou da apalavra o Senhor Vereador, Joaquim Garcia, que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, iniciou a sua intervenção, para manifestar *“o seu agradecimento pessoal ao Senhor Presidente da Câmara e a toda a sua equipa, pelo extraordinário serviço cívico e humano que a Autarquia está a desenvolver em prol de toda a comunidade, no possível combate ao COVID-9, sendo estes exemplos, na sua ótica, que elevam bem alto a nobreza dos órgãos autárquicos”*.

Finalizou, felicitando o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, pela sua reeleição como Presidente da República de todos os Portugueses.

Findas as intervenções e após prestados os esclarecimentos solicitados às questões expostas, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 22/20, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

Deliberação n.º 16 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e



CÂMARA MUNICIPAL

zero abstenções, não participando na votação o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos por não ter estado presente na mesma.

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 01/21, DE 14 DE JANEIRO DE 2021.

Deliberação n.º 17 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação o Senhor Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia por não ter estado presente na mesma.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTABILIDADE

3. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO PARA 2021, ATÉ AO MONTANTE DE 700.000.00 /RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 18 - A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais) mantém a opção dos municípios poderem contrair empréstimos a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados, conforme o n.º 1, do artigo 50.º da citada Lei.

Perante o exposto foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara, a Informação de pedido de propostas às Instituições de crédito para a Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para 2020, até ao montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), datada de 18 de janeiro de 2021, documento que se dá por reproduzido.

Sobre esta matéria interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos para referir que *"tem sido uso comum este empréstimo. Claro que se fosse só por causa da pandemia e fosse o primeiro, nós teríamos em linha de conta essa área e o nosso sentido de voto seria favoravelmente. Mas, conforme tem sido nos anteriores, nós vamos votar contra este processo"*.

Jo



CÂMARA MUNICIPAL

Considerando os pressupostos constantes na informação em apreço, a Câmara deliberou por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os atos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara, designadamente, autorizar a contratação do empréstimo a curto prazo, até ao montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), pedido de propostas às instituições bancárias e nomeação dos elementos que compõem a respetiva Comissão de Abertura e análise de Propostas, discriminados na mesma.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

4. ACORDO DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS INERENTES ÀS LINHAS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE TÁBUA.

Deliberação n.º 19 - Presentes o Parecer n.º 05/AMT/2021, de 14 de janeiro, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, e a minuta do contrato “*acordo de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador*” a celebrar entre o Município de Tábuia e a Rodoviária da Beira Litoral, SA, para efeitos de conclusão do procedimento pré-contratual com início formal na deliberação n.º319, tomada na reunião pública de 28 de novembro de 2019.

Considerando:

- A) A aceitação expressa pela Rodoviária da Beira Litoral, SA da minuta do contrato, “Acordo de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador”, no âmbito do procedimento pré-contratual, procedimento administrativo, iniciado formal e oficiosamente pela Câmara Municipal em 28 de novembro, através da deliberação n.º319, nos



CÂMARA MUNICIPAL

9.

termos do artigo 201.º do CPA, do n.º1 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 10.º da lei n.º52/2015, de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que revogou o RTA);

B) O parecer prévio vinculativo favorável n.º 05/AMT/2021, de 14 de janeiro, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, emitido nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 34.º do anexo ao decreto-Lei n.º78/2014, de 14 de maio, Colocado o assunto à Câmara Municipal, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

- 1) Aprovar a presente minuta de contrato e a celebração do acordo de regulação supra mencionado, entre o Município de Tábua e a Rodoviária da Beira Litoral, SA, para a sua outorga;
- 2) Notificar a operadora, Rodoviária da Beira Litoral, SA da presente deliberação, nos termos e para efeitos do artigo 114.º e 127.º do Código de Procedimento Administrativo;
- 3) Notificar a operadora para apresentação dos seguintes documentos, no prazo de 10 dias a contar da notificação, sob pena de caducidade do presente procedimento, e de não entrar em vigor o novo Acordo:
 - a) Os documentos referidos no n.º1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos; e
 - b) A licença, emitida pela entidade legalmente competente, para o exercício da atividade de transporte rodoviário de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º3/2001, de 10 de janeiro, que se encontre válida à data da respetiva apresentação.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

5. LOTEAMENTOS URBANOS/OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

9



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 19 - Presente o processo de Obras de Urbanização do Loteamento Urbano da Carapinha – 2.ª fase (n.º 21 a 33), situado no lugar Cruzeiro, freguesia da Carapinha e concelho de Tábua, que se dá por reproduzido, em que é requerente a Junta de Freguesia da Carapinha, referente à emissão de parecer prévio não vinculativo pela Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do RJUE.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação n.º 002/2021, datada de 15 de janeiro de 2021, do Senhor Eng.º Pedro Rodrigues e à proposta da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, emitir parecer favorável, não vinculativo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do RJUE.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

6. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 20 - Presente o processo de Licenciamento de Obras n.º 46/2017-SA/40/011, que se dá por reproduzido, em que é requerente Toby Robert Jarvis, referente à obra de “Alteração de usos de edifícios e legalização de anexo para turismo – casa de campo”, situada na Quinta do Mondego, freguesia de Póvoa de Midões e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 001/2021, datada de 7 de janeiro de 2021, do Senhor Eng.º Pedro Rodrigues, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística técnica a, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, deferir o pedido de licenciamento nos termos do n.º 1, al. c) do artigo 23.º do RJUE, com o condicionalismo das infraestruturas básicas em falta ficarem a cargo do requerente, e aprovar o cálculo das taxas inerentes ao pedido de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

7. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

Deliberação n.º 21 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no MGD sob o n.º 235, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, apresentado por Mário Augusto Dias dos Santos, cujos comproprietários serão David Vieira e Melissa Montão Chaparro, para efeitos de escritura notarial de compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo nº 4189, situado no lugar de Várzea da Ribeira, freguesia de Midões e concelho de Tábua.

Face ao requerido, e ao teor da informação n.º 13/2021, datada de 21 de janeiro de 2021, do Senhor Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 22/01/2021, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 22 - Presente o auto de medição n.º 19 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., referente à empreitada de "Construção do

q q



CÂMARA MUNICIPAL

sistema de drenagem de águas residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e beneficiação e ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja” – C.P. n.º 06-E/2017, no valor de 6.731,00€ (seis mil, setecentos e trinta e um euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 23 – Presente o auto de medição n.º 24 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., referente à empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela, incluindo a construção de ETAR” – C.P. n.º 04-E/2017, no valor de 8.523,59€ (oito mil, quinhentos e vinte e três euros e cinquenta e nove centimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Relativamente à abstenção, os Senhores Vereadores, do PPD/PSD, Dr. António Martins, Carlos Santos e Joaquim Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto: “ *Votam abstenção, porque aquando da adjudicação das obras não se encontravam em funções, não lhe tendo sido fornecidos quaisquer informações acerca das mesmas*”.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

9. REVISÃO DE PREÇOS.

Deliberação n.º 24 - Presente a revisão de preços n.º 1 (provisória) da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Sinde” – C.P. n.º 05-E/2017, cujo adjudicatário é a empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., de acordo com o disposto no artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo



CÂMARA MUNICIPAL

9

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, no valor de 12.323,38€ (doze mil, trezentos e vinte e três euros e trinta e oito cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar a referida revisão de preços.

Relativamente à abstenção, os Senhores Vereadores, do PPD/PSD, Dr. António Martins, Carlos Santos e Joaquim Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Votam abstenção, porque aquando da adjudicação das obras não se encontravam em funções, não lhe tendo sido fornecidos quaisquer informações acerca das mesmas”*.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

10. CONTA FINAL DE EMPREITADA.

Deliberação n.º 25 - Presente a Conta Final da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Sinde” – C.P. n.º 05-E/2017, cujo adjudicatário é a empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., nos termos e para efeitos do artigo 399.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar a referida conta final de empreitada.

Relativamente à abstenção, os Senhores Vereadores, do PPD/PSD, Dr. António Martins, Carlos Santos e Joaquim Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Votam abstenção, porque aquando da adjudicação das obras não se encontravam em funções, não lhe tendo sido fornecidos quaisquer informações acerca das mesmas”*.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.



CÂMARA MUNICIPAL

11. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO – PRAIA FLUVIAL DA RONQUEIRA – BAR.

Deliberação n.º 26 - Presente o dossier das Medidas de Autoproteção relativo à Praia Fluvial da Ronqueira - Bar, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei 224/2015 de 9 de outubro e pela Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, bem como a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da informação técnica n.º 003/2021, da Senhora Eng.ª Andreia Coelho, com a concordância do Senhor Eng.º José Lima, Chefe do DOSUA – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido dossier, bem como a sua implementação.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 02/2021, para produção de efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às quinze horas e cinquenta minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,